

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

### ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP/CODEFAT

**DATA:** 18 de dezembro de 2007

**LOCAL:** Sala de Reuniões do 2º andar, sala 202, Bloco F da Esplanada dos Ministérios.

**PARTICIPANTES:** Rodolfo Péres Torelly, Coordenador do GAP e Secretário Executivo do CODEFAT; Guilherme Arruda Accioly, Representante Titular do BNDES; Sérgio Luiz Maximino, Representante Suplente do MPS; Marcelo Fernandes Guimarães, Representante Suplente do MAPA; Dagmar Maria de Sant'Anna, Representante Titular da CNC; Priscilla Matias Flori, Representante Suplente da CNI; Luciano Marcos de Carvalho, Representante Suplente da CNA; Sidiclei da Silva Patrício, Representante Suplente da CUT; Sayonara Meireles, Representante Suplente da CAIXA; Carlos Eduardo Pedretti, Representante Suplente do Banco do Brasil. **Convidado:** Nassim Gabriel Mehedff, Representante do FONSET.

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, no Edifício Sede do Ministério  
2 do Trabalho e Emprego, teve início a Nonagésima Terceira Reunião Ordinária do Grupo de  
3 Apoio Permanente - GAP do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador -  
4 CODEFAT, sob a Coordenação do Secretário Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres  
5 Torelly. **ABERTURA:** O Coordenador do GAP saudou a todos e iniciou a reunião com a  
6 apreciação do primeiro item de pauta. **ITEM 1 - Proposta de Resolução que autoriza a**  
7 **Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE a contratar serviços de criação da**  
8 **logomarca do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e do seu manual de identidade**  
9 **visual.** O Coordenador do GAP informou que um grupo para esse fim havia sido formado desde  
10 o ano de dois mil e quatro e que, o atual Presidente, considerando que o grupo ainda não havia se  
11 reunido, propôs uma nova composição do grupo, fazendo parte um representante de cada  
12 Bancada do CODEFAT. Esse novo GT foi composto por representantes do MTE, na pessoa do  
13 Presidente do CODEFAT; da CNI, Sr. Lourival Novaes Dantas; da CGT, Sr. Francisco Canindé  
14 Pegado do Nascimento, sendo coordenado pelo Secretário Executivo do CODEFAT. Anunciou  
15 que o referido Grupo havia se reunido no último dia vinte e sete de novembro e que havia  
16 deliberado pela contratação de serviço de criação da logomarca do FAT e pela elaboração do seu  
17 manual de identidade visual, pois havia a necessidade que se justificasse e respeitasse a situação  
18 e a utilização da logomarca perante o público. Finalizou, informando aos membros do GAP que  
19 a Proposta de Resolução seria levada à reunião do CODEFAT no dia posterior para que  
20 deliberassem sobre a autorização ao Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria  
21 de Políticas de Emprego e Salário - SPPE para que se procedesse à contratação. O Coordenador

22 do GAP questionou se algum representante gostaria de se manifestar. Não havendo  
23 manifestações, considerou o Item apto a ser encaminhado ao CODEFAT e, passou à apreciação  
24 do segundo Item da Pauta. **ITEM 2 - Proposta de Resolução que estabelece critérios para**  
25 **distribuição de recursos nas ações ‘Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-**  
26 **Obra’, ‘Habitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego’ e ‘Pesquisa sobre Emprego e**  
27 **Desemprego’, para execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego,**  
28 **Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e dá outras**  
29 **providências.** O Coordenador do GAP solicitou à Coordenadora-Geral de Emprego e Renda -  
30 CGER, Sra. Adriana Ligiéro, que fizesse a apresentação e anunciou que seria distribuída uma  
31 nova versão da Minuta de Resolução com algumas alterações, em relação à versão encaminhada  
32 anteriormente. A Coordenadora-Geral da CGER saudou a todos e esclareceu que, conforme  
33 havia dito o Coordenador do GAP, na nova versão da minuta distribuída, havia uma pequena  
34 alteração em vermelho e que a expectativa de sua exposição era apresentar ao GAP uma proposta  
35 de resolução que reconhecia um novo critério de repasse de recursos nas Ações: Intermediação  
36 de Mão-de-obra, Habilitação ao Seguro-Desemprego e Pesquisa de Emprego e Desemprego.  
37 Esclareceu que a alteração do critério era em função da recente edição da Resolução CODEFAT  
38 nº 560/2007, pois passariam a ser contemplados os convenentes e as entidades privadas sem fins  
39 lucrativos que não eram contemplados na resolução anterior. Esclareceu, ainda, que a presente  
40 Proposta de Resolução era semelhante à Resolução nº 531, de 12 de abril de 2007, propondo a  
41 distribuição de recursos em duas etapas, sendo que: em uma primeira etapa, seriam destinados  
42 determinados percentuais aos diferentes tipos de executoras ou projetos, procurando manter o  
43 volume de recursos históricos destinados às ações. A distribuição dos recursos ficou em: até 60%  
44 para unidades da federação, esclarecendo que apesar de representar uma queda de 5% do  
45 percentual, a perspectiva para o ano de dois mil e oito seria a de um plano de incremento do  
46 orçamento, então, na verdade, não só manteria, como também aumentaria o volume de recursos  
47 prestados. Aos municípios, a distribuição passaria de 25% para até 30% do recurso de prestação  
48 de mão-de-obra e habitação com o seguro-desemprego, havendo a perspectiva de assinaturas de  
49 novos convênios e, até 10% seriam destinados aos convênios com entidades privadas sem fins  
50 lucrativos. Informou que a perspectiva era de que o saldo remanescente fosse alocado em  
51 projetos especiais para qualificação e especialização profissional, incorporando, também, à  
52 especialização de mão de obra. Acrescentou que, uma vez distribuídos os recursos pontuais para  
53 estados e municípios, a distribuição ficaria, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego,  
54 considerando-se os seguintes critérios: 1) 30% relacionado à população, informada pela Pesquisa  
55 Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Censo Populacional ou Estimativa Oficial do  
56 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando o de base mais recente. A

57 Coordenadora-Geral da CGER lamentou a não utilização de dados da população  
58 economicamente ativa, por considerar que esses seriam mais adequados; 2) 20%, por capitação  
59 de vagas, no total de trabalhadores admitidos no ano anterior, segundo o Cadastro Geral de  
60 Empregados e Desempregados – CAGED; 3) 20%, de acordo com o número de trabalhadores  
61 assegurados nos últimos doze meses; 4) 15%, conforme integração de trabalhadores colocados  
62 no âmbito do SINE, oriundos do seguro-desemprego no ano anterior, com vistas à integração  
63 dessas ações; e, 5) 15%, de acordo com o total de trabalhadores inscritos nas ações do Plano  
64 Nacional de Qualificação – PNQ, nas unidades de atendimento do SINE, com vistas à integração  
65 das ações de intermediação e qualificação. Destacou que a idéia seria ter um percentual de 10%  
66 dos recursos reservado para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. Quanto à  
67 distribuição de recursos às entidades privadas, registrou que a proposta era considerar uma  
68 análise com base na própria qualidade da proposta apresentada, considerando justificativa,  
69 objetivos, resultados e metas pretendidos, referências metodológicas, forma de  
70 operacionalização, estrutura detalhada de custos, comprovação de experiência da entidade no  
71 atendimento a trabalhadores, além da relação custo-benefício, aferição das necessidades do  
72 mercado de trabalho local e do nível de cobertura dos SINE, apresentação de contrapartida, entre  
73 outros. Além disso, completou que, assim como na Resolução nº 531/2007, a proposta seria  
74 manter a idéia de que nenhum conveniente pudesse ter valor superior a 110% ou inferior a 90%  
75 do valor conveniado no ano anterior. Destacou, sobre a ação Pesquisa de Emprego e  
76 Desemprego, que a sugestão era priorizar a ampliação de oportunidades da informatização da  
77 rede com o Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE na busca por  
78 continuidade, propondo, também, que fosse dada autorização para que a Secretaria de Políticas  
79 Públicas de Emprego - SPPE pudesse firmar convênio considerando a aplicação dos recursos por  
80 até doze meses nos planos de trabalho. Justificou, esclarecendo que o orçamento e o decreto  
81 demoravam a ser aprovados, inviabilizando a realização do plano de trabalho de março a abril,  
82 ficando a verba do orçamento para um ano com um plano de trabalho de nove meses, abril a  
83 dezembro, significando que o MTE teria que utilizar créditos extraordinários, pois os executores  
84 não conseguiriam se adequar ao prazo definido. Concluiu, ressaltando que, mesmo que não se  
85 mantivesse a continuidade de convênio plurianual, ao menos seriam minimizados os efeitos da  
86 atividade quanto ao plano de trabalho. O Coordenador do GAP considerou aberta a palavra para  
87 questionamentos e comentários. O Representante Suplente da CUT, Sr. Sidiclei da Silva Patrício,  
88 destacou que a inclusão da palavra ‘até’ nos incisos do art. 1º poderia transparecer ausência de  
89 informação mais concisa. Observou que a percentagem poderia criar um limitador perante as  
90 regiões Norte e Nordeste, apresentando, também, sua preocupação quanto à falta de critérios  
91 sociais na distribuição dos recursos para as entidades privadas sem fins lucrativos. O

92 Representante do FONSET, Sr. Nassim Gabriel Mehedff, discorreu sobre os postos de  
93 atendimento dos SINE no Brasil, observando a necessidade de algumas modificações, sendo a  
94 maior problemática em relação à integração do sistema de orientação profissional. Acrescentou  
95 que em muitas tarefas realizadas era necessária a mudança do Sistema SIGAE para via Web,  
96 propondo que para o desenvolvimento das ações nas Unidades da Federação, estados e  
97 municípios, fosse retirado o indicativo da palavra ‘até’, mantendo a percentual de 60% ou, ainda,  
98 baixar para 55%, e aos demais se manteria o critério do ‘até’. Lembrou que, na última reunião do  
99 Conselho, ficou decidido que os estados passariam os postos para os municípios, questionando  
100 como ficaria a distribuição dos recursos nesses casos. A Coordenadora-Geral da CGER  
101 esclareceu quanto ao artigo 1º, que a intenção era se pautar pela continuidade. Sobre o  
102 remanejamento de unidades, informou que teriam que ser analisados caso a caso, citando o art. 5º  
103 da Proposta de Resolução. Quanto ao estabelecimento de tetos, manifestou-se favorável,  
104 prontificando-se a, até o término da reunião, apresentar nova redação. O Representante do  
105 FONSET, ressaltando que a tendência era a municipalização, propôs que fosse incluído um  
106 parágrafo sobre o remanejamento que seria analisado caso a caso, insistindo, ainda, para que o  
107 termo “até” fosse retirado, mantendo 60% para estados e municípios. A Coordenadora-Geral da  
108 CGER persistiu, questionando se a redação no final do art. 5º da Proposta de Resolução não  
109 atenderia a idéia colocada pelo representante do FONSET, que manifestou sua concordância. A  
110 Coordenadora-Geral da CGER complementou, afirmando que o percentual de 10% seria  
111 distribuído conforme o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - dos estados e municípios, e,  
112 assim, mais uma vez, as regiões mais desenvolvidas seriam excluídas. O Coordenador do GAP  
113 observou que o IDH era favorável ao município, mas que ao estado não seria, porque nesse caso,  
114 o IDH somente era utilizado como índice por ausência de um indicativo melhor. O Representante  
115 do FONSET reconheceu a dificuldade de utilização do IDH, no entanto, ressaltou que na forma  
116 colocada suscitava dúvidas, não sendo apropriado, considerando que talvez fosse melhor uma  
117 revisão da redação da resolução. O Coordenador do GAP solicitou à Coordenadora-Geral da  
118 CGER que fizesse uma revisão na redação do artigo segundo da minuta apresentada até o final  
119 da reunião. Ressaltou, ainda, que o atendimento pelos municípios tinha muito a crescer, contudo,  
120 no presente, o estado era quem atendia ao segurado do seguro-desemprego. A Coordenadora-  
121 Geral da CGER, observando a solicitação do Representante da CUT de que fosse incluído no  
122 artigo 4º, também como fator de avaliação, o público alvo, argumentou se o critério de aferição  
123 das necessidades do mercado de trabalho, inciso III do art. 4º, não atenderia o pleito. O  
124 Representante da CUT considerou que não. Citou exemplos do Distrito Federal, ressaltando que  
125 diante dos indicadores, e em concordância com o Representante do FONSET, que o foco fosse  
126 ajustado ao trabalhador mais necessitado, mais pobre, com maior vulnerabilidade. A

127 Coordenadora-Geral da CGER ponderou que, por causa do ponto de vista das ações de  
128 qualificação social e profissional, a questão dos públicos era garantida nas próprias Resoluções  
129 que estabeleciam quais os públicos que deveriam ser atendidos, inclusive com os percentuais.  
130 Assim, do ponto de vista do atendimento de intermediação de mão-de-obra, este seria, por  
131 característica, universal. O Representante do FONSET questionou se tal ação não contradizia a  
132 Resolução que foi aprovada na reunião anterior do CODEFAT, recordando que houve a  
133 substituição do termo “desempregado” por “desocupado”. O Coordenador do GAP respondeu  
134 negativamente e explicou que a Coordenadora-Geral da CGER estava esclarecendo exatamente  
135 que o público dessas ações já estava garantido nas demais resoluções. O Representante da CUT  
136 comentou que havia uma série de argumentos subjetivos no tema e que o GAP estava partindo  
137 do pressuposto quanto ao público e quanto à vulnerabilidade. Ressaltou, ainda, que as  
138 Resoluções do CODEFAT sempre faziam menção a esse público, solicitando que também nessa  
139 resolução constasse o público alvo, de forma, além de garantir os indicadores de eficácia e  
140 eficiência, se colocasse os indicadores de efetividade social. O Coordenador do GAP ponderou  
141 que seria todo o público já estabelecido pela Resolução nº 560/2007, tendo o Representante da  
142 CUT sugerido alterar o inciso IV do artigo 4º, inserindo uma redação que reportasse ao público  
143 estabelecido pela por aquela Resolução. A Coordenadora-Geral da CGER solicitou a palavra  
144 para fazer um aparte sobre a questão da efetividade social. Destacou que, por uma recomendação  
145 do Conselho, foi elaborado um termo de referência para avaliação externa do Programa do  
146 Seguro Desemprego e que este termo tratava de questões como a qualidade da colocação, o tipo  
147 de trabalho intermediado, enfim, várias questões relacionadas à efetividade social. Ressaltou que  
148 havia um detalhamento relacionado ao termo de referência, que a área de qualificação já vinha  
149 avançando nos últimos anos, e que a avaliação externa seria um instrumento adequado para se  
150 avançar no sentido de uma avaliação da efetividade social. O Coordenador do GAP  
151 corroborando, observou que a avaliação seria realizada no primeiro semestre do próximo ano e  
152 que seria considerada de forma integrada das três ações, intermediação, seguro-desemprego e  
153 qualificação. Afirmou que seria uma pesquisa ampla, incluindo todas as unidades da federação e  
154 todos os agentes executores e o trabalhador. Concluiu que a partir desses dados, teriam subsídio  
155 para propor diversas mudanças. O Representante do FONSET destacou que na medida em que  
156 havia intermediação de mão-de-obra, não necessariamente a partir da escolaridade, devia se  
157 considerar a certificação do trabalhador, que reconhecia a experiência pessoal, a sua experiência  
158 não-escolarizada. Demonstrou sua satisfação ao registrar que o MTE vinha se preocupando com  
159 a integração e com a intermediação do indivíduo assegurado pelo Seguro Desemprego. Em  
160 seguida, o Coordenador do GAP justificou a ausência do Representante Titular da SDS, Sr.  
161 Pedro Perez, que teve problemas com seu vô para Brasília. Registrou que este havia mandado

162 algumas sugestões que foram discutidas pela área técnica e, solicitou que não fossem  
163 incorporadas na Resolução, mas nos procedimentos que seriam realizados posteriormente.  
164 Finalizando as discussões relativas ao Item 2, o Coordenador do GAP solicitou à Coordenadora-  
165 Geral da CGER que procedesse a revisão da redação do artigo 2º e do inciso IV do artigo 4º,  
166 observando que até o final da reunião seria apresentada uma nova redação, para manifestação do  
167 GAP. Após essas considerações, passou, então, para o Item 3 da Pauta. **ITEM 3 - Proposta de**  
168 **Resolução que altera a Programação Anual de Depósitos Especiais do FAT para o exercício**  
169 **de 2007 - PDE/2007, de que trata a Resolução nº 537, de 11 de maio de 2007, e suas**  
170 **alterações.** O Coordenador do GAP passou a palavra ao Coordenador-Geral – Substituto, da  
171 Coordenação-Geral de Recursos do FAT - CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, para que  
172 fizesse a exposição do Item. O Coordenador-Geral Substituto da CGFAT cumprimentou a todos,  
173 e relatou que sua exposição se referia à proposta de alteração da Resolução da PDE/2007.  
174 Fazendo uso de *slides*, informou sobre a execução da PDE até a presente data, destacando o  
175 valor total de R\$ 9 bilhões e 169 milhões; com R\$ 8,8 bilhões em termos aditivos, tendo sido  
176 repassados R\$ 8,1 bilhões para as instituições financeiras. Apresentou os percentuais de  
177 execução dos programas, 92,2%, e das linhas de crédito especiais, 88,6%, que somados  
178 formavam um total de 91,6% de execução até aquela data. Observou que a proposta de alteração  
179 da PDE advinha de algumas solicitações de recursos e remanejamentos pelas instituições  
180 financeiras que operavam com recursos do FAT, especificando: solicitação da Caixa Econômica  
181 Federal de remanejamento de R\$ 8,5 milhões para atender as demandas urgentes para Infra-  
182 estrutura. Expôs que a própria CAIXA sugeriu retirar esse montante do PROGER Urbano, e  
183 repassar para o Programa FAT INFRA-ESTRUTURA na linha de crédito FAT INFRA-  
184 ESTRUTURA ECONÔMICA, que financiava pequenas centrais hidrelétricas. Ressaltou que  
185 outra solicitação incidiu do Banco do Brasil, que necessitava de recursos para o desembolso de  
186 micro e pequenas empresas, PROGER Urbano, esclarecendo que o Banco devolveu recursos de  
187 giro para aplicação em investimento no valor de R\$ 511 milhões. Já o BNDES havia solicitado  
188 recursos para atendimento às demandas no âmbito do FAT FOMENTAR, no valor de R\$ 130  
189 milhões. Esclareceu que o BNDES depositaria R\$ 748 milhões, relativos a uma dívida com o  
190 FAT do ano anterior, e parte da quantia, R\$ 130 milhões, seria destinado para o atendimento de  
191 demandas no âmbito do FAT - FOMENTAR, sendo R\$ 60 milhões para médias e grandes  
192 empresas e R\$ 70 milhões para micro e pequenas empresas. O Coordenador-Geral Substituto da  
193 CGFAT destacou na alteração da PDE o valor de R\$ 641,7 milhões, de acréscimo em recursos e,  
194 também, o valor total dos Programas, que foi de R\$ 5,7 bilhões. Em seguida, apresentou um  
195 resumo da PDE no presente exercício, observando que a PDE/2007 teve início com o valor de  
196 R\$ 8 bilhões e que, inicialmente, houve um remanejamento de recursos de R\$ 50 milhões para o

197 FAT Turismo Sênior, e na presente Proposta a CAIXA havia solicitado R\$ 8,5 milhões para o  
198 FAT INFRA-ESTRUTURA, que caso fosse aprovado, totalizaria o valor de R\$ 58,5 milhões em  
199 remanejamentos. Sobre os acréscimos de recursos, destacou ser da ordem de R\$ 1,8 bilhões,  
200 sendo, aproximadamente, R\$ 1,1 bilhão, solicitado anteriormente pelo Banco do Brasil para  
201 alocação no PRONAF e R\$ 511 milhões para atender ao PROGER Urbano Investimento, e mais  
202 R\$ 130 milhões para o FAT Fomentar, no BNDES, totalizando a PDE/2007, caso fosse aprovada  
203 a presente Proposta de Resolução, o valor total em R\$ 9,8 bilhões. Finalizou, apresentando a  
204 distribuição dos recursos em programas e linhas de créditos, sendo: Programas, R\$ 8,3 bilhões e  
205 Linhas de Crédito Especiais, R\$ 1,5 bilhões, totalizando R\$ 9,8 bilhões. O Coordenador do GAP  
206 agradeceu ao Coordenador-Geral Substituto de Recursos do FAT pela apresentação e ressaltou  
207 que todas as tratativas foram desenvolvidas ao longo dos dias anteriores à reunião do GAP pela  
208 CGFAT, pela Secretaria Executiva do Conselho, juntamente com os bancos. Em seguida,  
209 concedeu a palavra ao Representante da CUT que registrou sua satisfação em verificar o  
210 empenho do Banco do Brasil na execução do PROGER Urbano Investimento. O Coordenador do  
211 GAP concordando com o Representante da CUT, passou a palavra ao Representante Suplente do  
212 Banco do Brasil, Sr. Carlos Eduardo Pedretti, que também manifestou sua satisfação com a  
213 dedicação e o empenho das equipes da CGER e da CGFAT do Ministério do Trabalho e  
214 Emprego em estarem sensíveis às demandas apresentadas pelo Banco. Em seguida, o  
215 Coordenador do GAP questionou ao Grupo se teriam mais algum comentário a fazer, em não  
216 havendo, registrou que a Presente Proposta de Resolução seria encaminhada ao CODEFAT para  
217 a devida aprovação, passando para o Item 4 da pauta, enfatizando que este seria um item de  
218 simples resolução. **ITEM 4 - Proposta de Resolução que altera a Resolução nº 469, de 21 de**  
219 **dezembro de 2005, que aprova formulário para a concessão do Seguro-Desemprego do**  
220 **Pescador Artesanal.** O Coordenador do GAP passou a palavra para a Coordenadora Substituta  
221 do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - CGSAP, Sra. Tatiana da Costa Ferreira, para que  
222 ela apresentasse o Item 4. A Coordenadora Substituta da CGSAP saudou a todos e, esclareceu  
223 que se tratava de uma solicitação para a aprovação de dois formulários do Seguro-Desemprego  
224 nas vias em preto e branco, que viriam a ser emitidos pela *web*, em uma futura implantação de  
225 Sistema. Enfatizou que o Sistema via *web* agilizaria o atendimento do pescador artesanal, uma  
226 vez que ele carregaria as informações contidas no sistema anterior para esse requerimento.  
227 Afirmou ser necessária a aprovação do formulário de requerimento nas cores preta e branca, em  
228 razão da Resolução em vigor prever somente o formulário nas vias de cores amarela e laranja.  
229 Em seguida, o Representante do FONSET questionou ao Coordenador do GAP quando o  
230 Sistema *web* começaria a vigorar, tendo o Coordenador respondido que a previsão seria dentro  
231 de seis meses, meados de 2008. Complementou, lembrando do processo de transição da

232 DATAMEC para a DATAPREV, no âmbito do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, e informou  
233 sobre a negociação de um pacote de melhorias. O Representante do FONSET comentou que em  
234 conversa com representantes da DATAMEC no Rio de Janeiro, observou que a Empresa não  
235 estava muito otimista com relação aos prazos de implantação do Sistema *web*. O Coordenador do  
236 GAP destacou que o TAC previa prazos rigorosos e que houve uma reunião no Ministério  
237 Público com a presença da Procuradora, Dra. Raquel Branquinho, que estava acompanhando  
238 todo o processo de negociação, acrescentando que o MTE se encontrava no prazo estabelecido.  
239 Na seqüência, o Coordenador do GAP questionou se teria mais alguma manifestação e, em não  
240 havendo, registrou que o Item 4 seria encaminhado positivamente ao Conselho, passando ao  
241 próximo Item de Pauta. ITEM 5 - *Spread* bancário cobrado pelas Instituições Financeiras  
242 **Oficiais Federais que operam linhas de crédito com recursos do FAT.** O Coordenador do  
243 GAP esclareceu que a Coordenação-Geral de Emprego e Renda – CGER do Departamento de  
244 Emprego e Salário - DES havia encaminhado aos membros do CODEFAT, em sua última  
245 reunião, um primeiro estudo sobre o tema, no entanto, o CODEFAT deliberou que o estudo fosse  
246 remetido também ao GAP para uma análise prévia, possibilitando aos bancos se manifestarem,  
247 razão pela qual o BNDES, também faria uma apresentação sobre o assunto. Ressaltou que essas  
248 duas apresentações sobre o *spread* bancário seriam analisadas pela Secretaria Executiva do  
249 Conselho, juntamente com os bancos, para que tivessem uma informação única, quando, então, o  
250 assunto retornaria ao GAP para, posteriormente, ser levada oficialmente ao CODEFAT,  
251 passando a palavra ao Coordenador do PROGER, Sr. Danilo Limoeiro. O Coordenador do  
252 PROGER cumprimentou a todos e iniciou a apresentação destacando que se tratava de um  
253 estudo que a Coordenação do PROGER havia produzido para apresentação ao CODEFAT sobre  
254 a evolução das taxas Selic e TJLP em comparação à evolução do *spread* cobrado pelos agentes  
255 financeiros, que constavam em planos de trabalho. Observou que o estudo apresentava uma série  
256 de gráficos, programa por programa, agente financeiro por agente financeiro, mostrando a  
257 evolução da TJLP, a evolução do *spread* bancário em relação aos recursos do FAT, a  
258 composição TJLP juntamente com o *spread* bancário e a evolução da taxa Selic. Observou que  
259 os dados foram separados por instituições financeiras e linhas de crédito, e que seria uma série  
260 temporal iniciada em outubro de 2002, agrupada em 90 gráficos. Informou que o estudo foi  
261 atualizado até o mês de dezembro de 2006 e foi enviado para a última reunião do CODEFAT, e  
262 naquela ocasião foi pedido que os dados fossem atualizados, que seria novembro ou dezembro de  
263 2007, mas, dada à agenda de final de ano, bastante intensa, não foi possível a atualização dos  
264 gráficos. Ressaltou que as conclusões do estudo não seriam comprometidas por falta de  
265 atualização, mas corroboradas. Enfatizou que TJLP se tratava da taxa que remunerava o FAT, e  
266 que vinha apresentando um ciclo de queda desde setembro de 2003 e que o *spread* bancário, taxa



267 que remunerava o agente financeiro pelo serviço e pelo risco, vinha mantendo-se inalterável na  
268 quase totalidade das linhas de crédito, com ressalvas para as linhas de crédito pré-fixadas, cuja  
269 redução da TJLP era incorporada pelo agente financeiro e não repassada para o beneficiário  
270 final, de acordo com o que constava em plano de trabalho. Citou como exemplo a linha  
271 Empreendedor Popular Investimento, informando que a taxa Selic teve grande variação ao longo  
272 do período e que depois entrou em uma trajetória de estabilidade, e, após, apresentou uma queda  
273 a partir de outubro de 2005. Expôs, por meio de gráficos, que o *spread* se manteve inalterado ao  
274 longo do período, e que o peso do *spread* bancário na composição dos juros tinha aumentado  
275 desde 2003. Enfatizou que as linhas de crédito com taxa equalizada não acompanharam a  
276 redução da TJLP, ressaltando que essas linhas tinham um valor de taxa de juro final bastante  
277 reduzido. Citou o caso do PRONAF, esclarecendo, ainda, que essa redução da remuneração do  
278 FAT não fora passada ao beneficiário final. Acrescentou que, quanto às linhas de crédito com  
279 taxa pré-fixada ao mês, não havia repasse da queda da TJLP, implicando um aumento do juro  
280 final ao tomador, esclarecendo, também, que embora o FAT diminuísse sua percepção de juro,  
281 para o beneficiário final não existia essa redução, de acordo com o que constava em plano de  
282 trabalho. Nesse caso, observou que a redução da taxa, via de regra, era incorporada pelo agente  
283 financeiro, citando como exemplo as linhas de crédito FAT Habitação e FAT Inclusão Digital.  
284 Registrou que a conclusão do estudo dava a idéia de que houve uma redução dos custos  
285 administrativos e dos riscos assumidos pelos agentes financeiros. Essa primeira expectativa se  
286 devia ao fato que de 2002 até 2006 houve aumento considerável na alocação de recursos de  
287 depósitos especiais nos agentes financeiros. Observou que esses dados foram baseados na  
288 premissa de que com o aumento na rotação do produto, tinha-se também um volume muito  
289 maior de contratação, o que gerava ganhos de escala, os quais se dobrariam em redução de  
290 custos administrativos. No segundo caso, assegurou que a redução do risco se devia ao fato de  
291 que desde 2003 houve uma redução das taxas de inadimplência, das linhas operadas com  
292 depósito especiais como um todo. Em complemento, mencionou que alguns elementos  
293 aumentaram a inadimplência, a qual se manteve constante, mas na média geral observou-se uma  
294 redução considerável: taxa média de inadimplência em 10,6% em 2003, com redução para 5,6%  
295 em 2006, ao longo do tempo as taxas de mercado, de acordo com o Banco Central, variaram em  
296 2003 de 4.2% para 5% em 2006, demonstrando uma equiparação entre as taxas do PROGER, as  
297 quais eram altas e registravam inadimplência acima do mercado e foram convergindo com tais  
298 índices. Sobre o incremento da alocação de recursos do FAT em depósitos especiais ocorridos  
299 nos três anos anteriores, verificou-se: ganho de escala nas operações de crédito com *funding* FAT  
300 pelos agentes financeiros, ressaltando que tal ponto seria importante ser esclarecido também  
301 pelos agentes financeiros; redução dos custos administrativos no gerenciamento dessas linhas de

302 crédito; esclarecendo que essa redução, tal qual indicava o comportamento constante do *spread*  
303 que constava em plano de trabalho, não havia sido repassada para os beneficiários finais.  
304 Ressaltou que a linha que seria o carro chefe do programa, o PROGER Urbano Investimento -  
305 Micros e Pequenas Empresas, manteve o comportamento de redução da TJLP e de manutenção  
306 do *spread* bancário que constava em plano de trabalho. Em consequência disso, houve uma  
307 redução dos juros finais ao tomador concomitante com um crescente peso do *spread* na  
308 composição desse juro. Ressaltou que o *spread* era o mesmo desde 95, ou seja, em torno de  
309 5.33% e não foi alterado; não obstante as avaliações que se obteve em relação à taxa de juros da  
310 economia brasileira. Citou, como exemplo, a linha de crédito FAT Giro Setorial, na qual se tinha  
311 uma taxa de juro pré-fixada e o *spread* bancário mantendo o mesmo comportamento em  
312 comparação a outras linhas de crédito. Finalizou, ressaltando que os dados sobre *spread* bancário  
313 eram aqueles que constavam em plano de trabalho aprovado pela Secretaria Executiva do  
314 CODEFAT, sobre os quais ainda não havia uma rotina de envio das informações sobre as taxas  
315 efetivamente cobradas. Observou, também, que o BNDES faria uma apresentação a qual  
316 demonstrava uma redução na taxa efetivamente aplicada, ressaltando que a equipe técnica do  
317 Ministério do Trabalho e Emprego não tinha ainda condições de avaliar essa taxa efetivamente  
318 aplicada, porque não existia uma rotina de envio de tais informações, entretanto, tal rotina de  
319 envio estava prevista no sistema de informação que se encontrava em fase de implantação,  
320 colocando-se à disposição para questionamentos. O Coordenador do GAP passou a palavra ao  
321 Representante Titular do BNDES, Guilherme Arruda Accioly, que informou que sua exposição  
322 se basearia em explicar a política financeira do BNDES, ressaltando a questão do *spread*  
323 bancário. Observou que o princípio da política, há 10 anos, tinha como objetivo garantir a saúde  
324 financeira e rentabilidade do BNDES, necessárias à execução da política operacional, bem como  
325 e a consecução de sua missão institucional como agente de desenvolvimento. Tendo como  
326 desafios, compatibilizar uma série de demandas e divergências: taxa de juros mais baixos, prazos  
327 mais longos e orçamentos crescentes; manter níveis de rentabilidade compatíveis e indicadores  
328 econômico-financeiros saudáveis. Registrou que o orçamento do BNDES tinha crescido de uma  
329 forma muito expressiva nos últimos anos, explicando como era formada a taxa de juros do  
330 BNDES, sobre a qual tinha: custo financeiro, não apenas a TJLP, mas também a remuneração  
331 básica do BNDES mais a remuneração de risco. Informou que a remuneração de risco era  
332 diferente para operações diretas e indiretas, sendo as operações indiretas as que o BNDES  
333 repassava para a rede bancária. Explicou sobre o custo financeiro, que o primeiro item da  
334 composição, era a TJLP, considerando ser imprescindível, tendo como fonte de recurso o FAT,  
335 tanto o Constitucional como depósitos especiais, além do PIS/PASEP, que também repassava  
336 recursos menos expressivos ao BNDES, e os recursos próprios do BNDES remunerados pela

337 TJLP, havendo, também, recursos externos, tanto de mercado quanto de organismos  
338 multilaterais, sobretudo o BID e, por fim, o FAT Cambial. Esclareceu que a remuneração básica  
339 visava cobrir as despesas operacionais do BNDES, inclusive impostos, além de assegurar o  
340 crescimento sustentável do patrimônio líquido e o pagamento de dividendos à União, sendo 25%  
341 o mínimo legal, contudo, observou que o BNDES já havia pago, há mais de dois anos, 100% do  
342 lucro, em dividendos. Ressaltou que a remuneração de risco visava cobrir o risco de crédito,  
343 sendo calculado de forma a fazer frente às perdas com a inadimplência. Complementou,  
344 esclarecendo que nas operações indiretas, a remuneração era fixa, pois considerava-se o risco  
345 médio do sistema bancário. Sobre o cálculo da remuneração básica requerida, observou ser  
346 considerado: o retorno alvo sobre o patrimônio líquido, alavancagem, composição do ativo,  
347 carga tributária, as despesas gerais e administrativas, além da incorporação da rentabilidade da  
348 carteira de renda variável na meta, o que possibilitou reduzir o *spread*. Apresentou, em seguida,  
349 um quadro da evolução da remuneração básica, demonstrando que em 2006, com a incorporação  
350 da rentabilidade da carteira de renda variável ao cálculo do mínimo requerido, houve uma  
351 redução significativa nos níveis de *spread* básico. Na seqüência, apresentou um balancete de  
352 janeiro a setembro de 2007, demonstrando que o *spread* do Sistema BNDES obteve uma queda  
353 expressiva, destacando, ainda, que a contratação de agora não levava em consideração a carteira  
354 anterior. Afirmou, também, que o BNDES era um banco de desenvolvimento, não operando com  
355 conta corrente ou seguro na sua linha de atuação, direcionado às linhas de crédito, sendo 85%  
356 dos ativos do BNDES destinados a crédito. Ressaltou que no último *slide* apresentado,  
357 verificava-se que o custo da taxa de juros ao tomador final, nos Programas FAT Infra-Estrutura e  
358 Fomentar para micro e pequenas empresas também caiu. Finalizou a explanação, esclarecendo  
359 que a divergência dos dados apresentados pela equipe técnica do MTE encontrava-se no fato das  
360 informações terem sido extraídas dos planos de trabalho, o que na verdade seria apenas o teto.  
361 Observou que sua exposição era apenas uma contribuição ao debate, considerando que o assunto  
362 precisava ser aprofundado e, colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. O  
363 Coordenador do GAP passou a palavra, então, ao Representante Suplente da CNA, Sr. Luciano  
364 Marcos de Carvalho. O Representante da CNA observou que até o Banco Central reconhecia os  
365 mais altos níveis de intermediação e de *spread* bancário no mundo e que não havia o que  
366 contestar. Elogiou o trabalho da CGPROGER e do BNDES e observou que algumas questões  
367 ficaram em evidência. Observou que, ao contrário de outros trabalhos do Banco Central, esses  
368 trabalhos demonstravam que o *spread* era sensível a taxa de juros e sensível aos custos  
369 administrativos. Advertiu que estava sendo criado um quadro de intermediação financeira  
370 extremamente onerosa, o que precisava ser reavaliado, de maneira a diminuir e afinar os recursos  
371 do FAT, que visavam promover o desenvolvimento e o emprego. Referiu-se, também, ao

372 despreparo dos bancos das montadoras no financiamento de máquinas e observou que eles não  
373 estavam preparados para operacionalizar, pois emitiam cobranças e não tinham preparo técnico  
374 para dimensionar uma máquina. Recomendou que esse assunto fosse averiguado com cuidado e  
375 pediu ao Coordenador do GAP que o assunto fosse avaliado não dentro de uma ótica qualitativa,  
376 mas dentro de uma ótica a promover efetivamente o beneficiário dos recursos do FAT.  
377 Observou, ainda, que fosse avaliada a necessidade de alterar a legislação, de modo que os  
378 recursos do FAT pudessem ser ofertados para quem oferecesse o menor *spread*, considerando  
379 que com essa limitação haveria perda da eficiência locativa. O Coordenador do GAP passou a  
380 palavra ao Representante do Banco do Brasil que ressaltou que o atual mercado bancário no  
381 Brasil era um dos mais competitivos do mundo, contemplando grandes bancos europeus e  
382 americanos atuando com grande perspectiva de investimento no Brasil, além de estar prestes a  
383 receber a tendência de uma queda mais forte na taxa de juros, o que acirraria ainda mais a  
384 concorrência entre os bancos. E, nesse sentido, observou que o Banco do Brasil, como a maior  
385 instituição do sistema bancário no Brasil, concorria igualmente com todos os outros bancos  
386 privados, citando Bradesco, Itaú e Santander, destacando que operar nesse mercado, ainda que  
387 fosse com recursos do FAT, com taxas de juros elevadas, não era mais a realidade do Banco.  
388 Ponderou que, como bem havia registrado o Coordenador da CPROGER, o trabalho foi feito  
389 com base nas informações dos planos de trabalho, e como havia dito o Representante do  
390 BNDES, essas informações representavam um teto de operação e não a realidade do dia a dia  
391 que se vivia nas agências. Registrou que, especificamente, no âmbito do PROGER Urbano,  
392 houve uma redução de taxa, citando a redução da linha PROGER Exportação, que era de 9%, e  
393 que já se encontrava na faixa de 5,15%, complementando que em todas as linhas, inclusive nas  
394 linhas do PRONAF, tiveram redução das taxa de juros. Ponderou que à medida que fossem  
395 ampliadas as operações e seus prazos, haveria exposição a um risco de crédito maior. Expôs que  
396 o Banco do Brasil sofria as conseqüências das críticas de uma opinião pública, nem sempre bem  
397 formada, devido ao que acontecia no interior de um banco, pela formação do risco que continha  
398 uma operação de crédito. Concluiu, manifestando satisfação em poder contribuir para um debate  
399 mais aprofundado. O Coordenador do GAP agradeceu a participação do Representante do Banco  
400 do Brasil e, em seguida, passou a palavra à Representante Suplente do Caixa Econômica Federal,  
401 Sra. Sayonara Meireles. A Representante da CAIXA saudou a todos e registrou que essa era uma  
402 discussão bastante interessante, pois daria oportunidade de se conhecer mais a fundo como se  
403 comportava e como acontecia a formação dessas taxas dentro de um banco, bem como os riscos  
404 a que um banco estava exposto, necessitando, entretanto, de um aprofundamento da questão.  
405 Observou que atualmente a CAIXA direcionava o seu trabalho para o público de micro e  
406 pequenos empresários, isso se refletindo no perfil da carteira, que no caso era de 98%, focados

407 em micro e pequenas empresas. Acrescentou que a CAIXA possuía operações recebidas com  
408 recursos do FAT, com *spread* já identificados, citando como exemplo a linha FAT Giro Setorial,  
409 que saiu com um *spread* definido, onde o banco estabelecia um patamar de ganho mínimo, para  
410 poder atuar e fazer o seu papel de agente financeiro dos recursos. Concluiu, considerando  
411 oportuna a discussão sobre o tema. O Coordenador do GAP agradeceu a Representante da Caixa  
412 Econômica Federal e passou a palavra ao Representante Suplente do MAPA, Sr. Marcelo  
413 Fernandes Guimarães. O Representante do MAPA parabenizou a iniciativa de discutir a questão  
414 do *spread* bancário no âmbito do GAP, principalmente por aquele ter sido um momento de  
415 queda de taxas de juros de uma maneira geral para a economia brasileira, como também, de  
416 recuperação e retomada da atividade econômica, o que poderia dar margens a alguns problemas  
417 que poderiam ser verificados futuramente. Registrou que, do ponto de vista da Agricultura, havia  
418 uma preocupação muito grande quanto ao fato se observar uma queda da taxa de juros no  
419 mercado, sem que houvesse a contrapartida na redução dos *spreads*, o que acabava onerando  
420 sobremaneira a taxa do ponto de vista da composição para o produtor. Ponderou que havia um  
421 peso cada vez maior dos *spreads* na composição da taxa como um todo, devendo haver motivos  
422 mais fortes pra esse comportamento, que merecia sem dúvida nenhuma uma ampliação do  
423 debate. Afirmou que tanto o Banco do Brasil quanto o BNDES eram parceiros na atividade  
424 agrícola, reconhecendo suas participações em relação aos programas de investimento que  
425 propiciaram um aumento da produção e da produtividade. Entretanto, ressaltou que os  
426 responsáveis pela realização de crédito rural com os produtores ficavam, muitas vezes, em uma  
427 situação bastante delicada para tentar justificar as taxas de juros que o Governo aplicava em seus  
428 programas de crédito oficial, observando a necessidade de uma discussão mais aprofundada para  
429 que se avançasse mais em direção a uma eventual redução do custo para o tomador final que, no  
430 caso da agricultura, era o produtor rural. Na seqüência, o Coordenador da CPROGER expressou  
431 sua satisfação em iniciar o presente debate, propiciando aos bancos a oportunidade de  
432 esclarecerem possíveis preconceitos relativos às taxas de juros aplicadas pelos agentes  
433 financeiros. O Representante do BNDES também agradeceu a oportunidade de sua participação  
434 no debate e reafirmou que o BNDES vinha diminuindo seu *spread* bancário, acompanhando a  
435 taxa de juros da sociedade, sendo os ganhos do BNDES mínimos. Ao que, o Representante do  
436 FONSET ressaltou que tal debate não poderia ser orientado por uma lógica banqueira, e sim sob  
437 a lógica do investimento do FAT, que teria objetivos específicos. Ponderou sobre qual seria a  
438 maneira ideal para ser construído um debate que não estivesse somente dentro de uma lógica  
439 banqueira, complementando que a verba do FAT era uma verba distributiva, não dependia de  
440 flutuações de mercado, somente de resoluções do CODEFAT, não existindo, inclusive, o  
441 problema de concorrência entre os bancos e que os que concorriam entre si, significativamente,

442 eram BNDES, CAIXA e Banco do Brasil. A Representante da CAIXA observou que existiam  
443 muitos fatores a serem observados, inclusive, o aspecto do *spread* fixo em função de um volume  
444 de crédito crescente. O Coordenador do GAP, interrompendo o debate, ressaltou ser o tema  
445 prolixo e, que ainda seriam realizadas várias apresentações para se evoluir, passando a palavra ao  
446 Representante do BNDES. Este explicou ao Representante do FONSET que a lógica banqueira  
447 era necessária, pois não se poderia permitir que o Banco do Brasil, a CAIXA e o BNDES fossem  
448 derrocados, havendo que se manter uma rentabilidade mínima, citando o caso do BNH. E  
449 ressaltou, mais uma vez, que o BNDES havia reduzido o seu *spread* em 2%, algo difícil de  
450 acontecer. Agradeceu, então, pela oportunidade concedida. O Representante da CNI apresentou  
451 aos membros do GAP um trabalho elaborado por Márcia Magandi e Carla Abrão Costa, do  
452 Banco Central do Brasil, e manifestou que, em sua opinião, o Banco Central deveria ser  
453 convidado para apresentar uma exposição do trabalho. Relatou que o trabalho demonstrava a  
454 questão da inadimplência, que representava menos que 23% da composição do *spread*,  
455 informando que o trabalho tinha como título *Revisando a Metodologia de Decomposição do*  
456 *Spread Bancário no Brasil*. Declarou que o *spread* estava representando um custo maior para o  
457 tomador e advertiu para o fato de que os *spreads* estavam com valor elevado. Solicitou que as  
458 instituições financeiras aceitassem a questão da admissibilidade e solicitou, também, que fossem  
459 convidadas autoridades no assunto para analisarem o *spread* do sistema financeiro. Após a  
460 palavra do Representante da CNI, o Coordenador do GAP registrou que seria analisada a  
461 possibilidade da presença de representantes do Banco Central e de outros bancos externos  
462 participarem do debate. A seguir, passou a palavra para o Representante da CUT que registrou a  
463 importância da parceria do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil com o  
464 FAT, ressaltando que essas instituições financeiras sempre foram muito solícitas ao chamamento  
465 do Fundo de Amparo ao Trabalhador em todas as discussões, inclusive a que estava sendo  
466 discutida naquele momento, estando abertos a buscar esse equilíbrio bancário. O Coordenador do  
467 GAP concluiu, afirmando que o tema ainda seria objeto de discussão junto às instituições  
468 financeiras e que voltaria a ser discutido no GAP por sua importância. Na sequência, solicitou à  
469 Coordenadora-Geral da CGER que fizesse os últimos esclarecimentos sobre as alterações na  
470 Proposta de Resolução que estabelecia critérios para distribuição de recursos nas ações  
471 ‘Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra’, ‘Habilitação do Trabalhador ao  
472 Seguro-Desemprego’ e ‘Pesquisa sobre Emprego e Desemprego’, Item 2 da Pauta. A  
473 Coordenadora-Geral da CGER solicitou a distribuição de nova versão da Proposta de Resolução,  
474 e leu a nova proposta de redação do Artigo 2º, que foi refeita a pedido dos membros do GAP  
475 presentes à reunião, “*Do total de recursos destinados aos entes federativos nas ações:*  
476 *orientação profissional, intermediação de mão-de-obra e habilitação do trabalhador ao seguro-*

477 *desemprego, conforme incisos I e II do Artigo 1º, 10% serão distribuídos entre os estados e*  
478 *municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os 90% restantes entre todos os entes*  
479 *federativos”. Em seguida, leu, também, o Inciso IV do Artigo 4º, que sofreu alterações conforme*  
480 *sugerido pela representação da CUT, informando que esse critério, para a distribuição dos*  
481 *recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, havia ficado com a seguinte redação:*  
482 *“verificação da consistência da proposta em relação aos planos de trabalho das demais*  
483 *conveniadas atuando na localidade e ao público atendido, tendo em conta as definições das*  
484 *Resoluções 560/2007 e 333/2003”. O Coordenador do GAP, observando a concordância do*  
485 *Grupo, registrou que seria dado o encaminhamento da Proposta de Resolução do Item 2, com a*  
486 *redação devidamente corrigida e apresentada ao GAP, para deliberação do CODEFAT.*  
487 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Coordenador do GAP  
488 deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e desejando um Feliz Natal e um bom ano  
489 de 2008 para todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário Executivo do  
490 CODEFAT e Coordenador do GAP/CODEFAT, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será  
491 assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

RODOLFO PÉRES TORELLY

Coordenador do GAP e Secretário Executivo do CODEFAT

\_\_\_\_\_

GUILHERME ARRUDA ACCIOLY

Representante Titular do BNDES

\_\_\_\_\_

SÉRGIO LUIZ MAXIMINO

Representante Suplente do MPS

\_\_\_\_\_

MARCELO FERNANDES GUIMARÃES

Representante Suplente do MAPA

\_\_\_\_\_

DAGMAR MARIA DE SANT'ANNA

Representante Titular da CNC

\_\_\_\_\_

PRISCILLA MATIAS FLORI

Representante Suplente da CNI

\_\_\_\_\_

LUCIANO MARCOS DE CARVALHO

Representante Suplente da CNA

\_\_\_\_\_

SIDICLEI DA SILVA PATRÍCIO

Representante Suplente da CUT

\_\_\_\_\_